

ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO CATARINENSE E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Priscila Mandelli Fonsêca ¹, Antonio Serafim Pereira ²

¹UNESC/Pedagogia/primandelli@hotmail.com

²UNESC/PPGE/asp@unesc.net

Resumo: O presente trabalho integra o Projeto de pesquisa “Gestão democrática na rede municipal de ensino do extremo sul catarinense, pós LDB n.º 9.394/96: perspectivas”, em andamento num dos municípios participantes da investigação – o município de Araranguá/SC. Nas escolas públicas do sistema de ensino deste município, buscamos analisar as perspectivas de gestão democrática expressas nos documentos (projetos pedagógicos e regimentos escolares) e nas falas dos gestores e professores (entrevistas semiestruturadas). Os dados dos documentos e das entrevistas foram analisados com base nas perspectivas de gestão centralizada e democrática (liberal e participativa), a partir das referências de Paro (2000; 2010), Santos (2002), Silva (2010), entre outros. Projeto político pedagógico e regimento escolar tiveram suas análises inferenciais e interpretativas orientadas pelas seguintes categorias: relação, poder, participação, representação e currículo. As análises das entrevistas dos gestores e professores centraram-se na visão de gestão, forma de elaboração do projeto pedagógico/regimento escolar, posição sobre a análise dos mesmos, visão relação escola x secretaria de educação. No PPP e RE das escolas as indicações para a gestão democrática a colocam à frente bastante significativa da gestão centralizada, distribuída entre a perspectiva democrática participativa mais pontuada no RE e a liberal em destaque no PPP. Não obstante, os professores e gestores das escolas, em sua maioria, demonstraram em seus discursos uma visão vinculada à democracia liberal, enfraquecida pela descontinuidade de experiências democráticas no interior das escolas, expressa, entre outras ações, na elaboração centralizada do PPP e RE. Concluída esta etapa, a proposta é apresentar e discutir os resultados globais da pesquisa aos seus principais interessados, em seminário especialmente organizado para tal.

Palavras-chave: Gestão democrática. Projeto político pedagógico. Regimento escolar. Gestores. Professores.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado no contexto do Projeto faz parte de um projeto intitulado “Perspectivas de gestão democrática na rede municipal de ensino do extremo sul catarinense, pós LDB n.º 9.394/96” desenvolvido pelo FORGESB - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Gestão na Educação Básica. A pesquisa em andamento busca compreender os princípios que fundamentam a gestão democrática da rede de ensino de Araranguá/SC.

Os objetivos definidos para orientar esta investigação foram: analisar os projetos políticos pedagógicos (PPP) e regimento das escolas (RE) selecionadas pertencentes à rede de ensino investigada com base nas perspectivas de gestão democrática; analisar as entrevistas de aprofundamento realizadas com professores e equipes gestoras das escolas.

Optamos por pesquisar as três maiores escolas por considerarmos que estas são representativas do contexto da rede municipal de ensino, tendo em vista que as mesmas oferecem os níveis de ensino que são responsabilidade do município: Educação Infantil e Ensino Fundamental completo.

Para a coleta de dados utilizamos os seguintes procedimentos: análise documental do PPP e RE das três escolas pesquisadas, buscando apreender as perspectivas de gestão educacional; entrevistas de aprofundamento com diretores, representantes das equipes pedagógicas e professores das escolas. As informações detectadas foram analisadas a partir das perspectivas de gestão centralizada e democrática (liberal e participativa), cujas referências indicamos a seguir.

Para a análise dos dados, tomamos como base as referências de Paro (2000, 2010), Santos e Avritzer (2002), Silva (2010).

A gestão democrática é pautada na participação. Apesar disso na sociedade em que vivemos esta pode apresentar diferentes nuances. Tendo isso em consideração podemos falar de uma democracia participativa e liberal.

Santos e Avritzer (2002) tratam a democracia participativa como concepção contra-hegemônica à concepção democrática liberal. Para os autores, a gestão democrática liberal constitui-se um modelo de democracia representativa elitista, que enfraquece a participação. Neste modelo pautado na representatividade, os cidadãos se consideram cada vez menos representados por aqueles que elegem.

Contra-pondo-se a essa visão, a participação é vista “como o exercício da autonomia, que, enquanto tal, é sempre política, sendo constitutiva da identidade das pessoas educadas numa forma de vida democrática.” (SILVA, 2010, p. 40). Neste contexto Paro (2000, p. 8) nos fala que a “democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos””.

Ao contrário do que se disse, temos a gestão centralizada, cujo gestor tem ascendência sobre os demais envolvidos no processo educacional. Esta perspectiva tem como característica determinar as funções a serem exercidas por outros, sem discussão, negando, conforme Hora (2010, p.3), “a prerrogativa de que são os sujeitos sociais que constroem a gestão coletiva [...] e precisam compreender que o individualismo, a desconfiança, a acomodação e o egoísmo devem ceder lugar ao sentido coletivo da crítica e autocrítica”.

Para que uma escola seja democrática as práticas de gestão devem corresponder-lhe. De acordo com Paro (2000), uma escola democrática precisa ter uma gestão escolar participativa. Isto é, ser espaço público de democratização dos saberes e de liberdade, tornando-se um componente básico para uma educação de qualidade.

O que expressam documentos, gestores e professores

O PPP e RE das instituições escolares pesquisadas tiveram suas análises orientadas pelas seguintes categorias: relação, poder, participação, representação e currículo. Foram analisados os documentos de três escolas, identificadas neste trabalho como escola A, B e C¹.

Na leitura dos documentos buscou-se identificar as significações que tais categorias expressavam. Este procedimento permitiu-nos construir os índices de preponderância (IP) de cada uma das categorias, isto é, se pôde mensurar o número de entradas das significações referentes às categorias em cada documento analisado. Deste modo, agruparam-se as significações conforme as perspectivas de gestão escolar, que nos permitiu apresentar os dados, como seguem.

Na análise do RE das três escolas a perspectiva de gestão democrática se destacou: na escola A com Índice de Preponderância (IP) correspondente a 53; na escola B com IP=85 e na escola C com IP=26, superando, assim, a gestão centralizada.

Referente ao PPP a perspectiva de gestão democrática também se mostrou fortalecida com IP superior à gestão centralizada nas três escolas: escola A IP=34; escola B IP=90 e escola C IP=23. Vale ressaltar, que na escola B, a gestão democrática se revelou única. A gestão democrática participativa preponderou no Regimento Escolar das três escolas.

No PPP, a perspectiva de gestão democrática liberal se evidenciou, em particular, na escola B (IP=73). Entretanto, na escola C se destacou em pouco mais de 50% (IP=17) e na escola A, a diferença entre elas não é significativa: IP=18 para gestão democrática liberal e 16 para a gestão democrática participativa.

Os resultados da análise documental indicaram que no PPP das escolas a perspectiva de gestão democrática liberal se sobressai à participativa e no RE das mesmas a situação se inverte: a perspectiva democrática participativa prepondera sobre a gestão democrática liberal. Tal situação nos surpreende, por ser um documento normativo prescritivo, não se esperava identificar no texto do RE sentidos correspondentes à democracia participativa em índice tão superior em contraste com o PPP. Talvez isso se deva à influência dos discursos oficiais e acadêmicos dos últimos tempos, que têm enfatizado a democratização das relações sociais e a participação da comunidade escolar nas discussões e decisões das questões que qualifique a educação.

Em cada escola entrevistou-se um representante da direção e um da equipe pedagógica, além de três professores escolhidos por sorteio. A análise das entrevistas,

tanto de gestores como de professores, centrou-se na visão de gestão, forma de elaboração do PPP/RE, posição sobre a análise dos documentos, visão relação escola x secretaria de educação.

Quanto à visão de gestão, destacamos a seguir fragmentos das entrevistas que consideramos representativas do pensamento dos gestores entrevistados.

O gestor da escola B disse que: “[...] numa escola todo mundo tem que ajudar, [...] pegar junto. Eu estaria mentindo se eu dissesse que eu faço tudo”. O gestor da escola C expressa que o “ponto chave é o trabalho em equipe, sem trabalho em equipe não tem trabalho. Ai eu posso fazer minha parte muito bem, o outro muito bem, mas se não tem uma junção, não dá certo”. A fala dos gestores aponta para uma visão de gestão democrática liberal, tendo em vista que o significado de coletivo articula-se ao caráter operacional do que acontece na escola. Vincula-se ao procedimento e à forma em detrimento da discussão, como diria Santos e Avritzer (2002).

Em relação à construção do PPP e do RE, o gestor da escola A disse: “a maior parte quem faz é a supervisora escolar”. O gestor da escola C afirmou que “é feito por todos os funcionários no início do ano, com os pais”.

Observam-se duas situações diferentes: uma em que os documentos considerados são elaborados pela equipe pedagógica da escola e outra em que se evidencia a preocupação que estes sejam fruto de uma produção coletiva. Portanto, se evidencia duas perspectivas de gestão: uma centralizada e outra democrática. Todavia, a fala do gestor C ressalta primeiramente os profissionais da escola. Estes elementos nos dão indicações para pensarmos que a visão do entrevistado se ancore na perspectiva de gestão democrática liberal. É preciso termos em mente que uma escola passa a ser democrática participativa à medida que garanta de maneira autêntica a participação de todos, tendo o diretor como articulador e mediador do processo participativo (PARO, 2010).

Quando informados de que a análise dos documentos da escola apontara para uma perspectiva de gestão escolar democrática, os gestores das escolas B e C confirmaram nossa análise, referindo-se que na escola “todo mundo dá sua opinião.” (B), ou dizendo: “meu trabalho é focado na democracia, tanto é que qualquer decisão que tenha que tomar a gente tem esse poder como diretora [...]. Mas não faço, chamo sempre alguém da equipe” (C). O gestor da escola A, no entanto, considera: “a gestão está furada [...] e fiquei bastante preocupada, porque realmente precisaria ser revisto e ser implantado essa parte de gestão, a gente ficou muito a desejar”

O gestor da escola A consegue identificar que a democracia expressa e praticada na escola precisa ser revista. Embora não tenha explicitado a qual democracia diferente se referia, deixou claro que a democracia vivenciada na escola não satisfaz. A reflexão crítica é um indicador importante para produzir avanços na experiência democrática (HORA, 2010), fundamentalmente, quando advém do gestor da instituição escolar. O gestor da escola B relaciona democracia ao fato de as pessoas envolvidas terem a oportunidade de expressar sua opinião, que pode se restringir a algo dado ou disposto como consulta, podendo tender para uma gestão, caracteristicamente, liberal. Entretanto, para o gestor da escola C a democracia é uma prerrogativa do diretor que toma as decisões junto a, pelo menos, um integrante da sua equipe técnico-administrativa e pedagógica, configurando-se como indicativo de gestão centralizada nos termos definidos neste trabalho, visto que, em sua fala, se confirma que, “o diretor é aquele que ocupa a mais alta hierarquia de poder na instituição.” (PARO, 2010, p. 769).

Sobre a relação da escola com a secretaria municipal de educação, colhemos dos gestores, entre outras questões, o que vem expresso a seguir: a) “A secretaria se preocupa em não perder voto. Piora a questão disciplinar, porque envolve famílias. [...] A relação ficou a desejar, porque teve pouca atenção nos projetos da escola”. (gestor escola A); b) “A secretaria agora meio que a gente está se dando bem.” (gestor da escola B); c) “Tínhamos pelo menos uma vez a cada bimestre uma reunião. Ai mudou. [...] No início do ano, tivemos uma, depois não tivemos mais contato.” (gestor da escola C).

Conforme os gestores há uma relação deficitária entre as escolas e a secretaria municipal de educação não se confirmando o expresso pelas representantes deste órgão administrativo de que há um trabalho conjunto por meio de reuniões ou de visita às escolas para resolver problemas. Tais procedimentos, traduzidos por Inácio e Pereira (2012), como indicativos de gestão democrática liberal, no dizer dos gestores escolares, não se constituem como prática habitual.

Da mesma forma, buscamos aprofundar com os professores das escolas a visão de gestão, forma de elaboração do PPP/RE, posição sobre a análise dos documentos, visão relação escola x secretaria de educação, como dissemos anteriormente.

No que se refere à visão de gestão, dois professores da escola A afirmaram em termos do vir a ser, que gestão “é dividir tarefas e ao mesmo tempo estar junto com a tarefa” (professor 2) e “onde todos têm colaboração efetiva num todo” (professor 3). O professor 1 diz perceber “que há interação muito grande entre direção, professores,

alunos, comunidade, é uma parceria bem grande.” Nos três casos, entre o vir a ser e o ser concretamente, a visão dos professores são indicativos de gestão democrática liberal.

Na escola B, dois professores destacaram que “a parte da gestão tem que ser democrática; as pessoas têm que “trabalhar com liberdade” (professor 2) e “é a união entre a gestão e os professores; corpo docente tem que ficar a par de tudo” (professor 3)”. Outro deles, referindo-se à prática da escola, disse que “a direção resolve, pode se dizer, os pepinos e a gente não fica sabendo...” (professor 3). Como se percebe, para os professores a gestão democrática se restringe à autonomia individual para atuar na escola; todos estarem informados das coisas que acontecem. Sabe-se que com estas características a gestão tangencia a perspectiva democrática liberal nos dois primeiros casos e se fortalece na visão centralizada, no último.

Na escola C, dois dos professores entrevistados denunciam o que não deve estar presente na gestão da escola: “eu acho que está faltando o lado humano, te olhar como pessoa” (Professor 3), ou “a direção em si, é bem complicada; na minha opinião, uma diretora nunca deveria ser a diretora que trabalha na mesma escola” (professor 2). Considerando, as denúncias dos professores anteriores, pode-se inferir que a posição do professor soa como um desejo de algo não vivenciado na escola em termos de gestão, quando diz que um diretor precisa ter “uma visão geral de grupo, ser bem democrática; saber ouvir todo o grupo”. Em suas falas, os professores expressam desejo por uma gestão democrática liberal ou participativa em oposição a uma gestão de cunho centralizado, mesmo que se questione a posição do professor 2, em vista da ausência argumentativa a respeito das razões que o motivaram a expressar tal posição.

No que concerne à construção do PPP e RE, os professores da escola A assim se manifestaram: a) “faz pouco tempo que estou aqui, então, não se estudou ainda”. (professor 1); b) em relação ao Regimento Escolar “as regras não foram feitas só por nós, os pais votaram em assembleia” (professor 2); c) “ano passado nós tivemos que refazer o PPP, porque tudo tem que atualizar” e em relação ao RE “a gente põe na sala para os alunos, as normas da escola, leis, deveres dos alunos e funcionários” (professor 3). Considerando que as entrevistas foram realizadas no final do segundo semestre, podemos afirmar que o PPP não recebe atenção sistemática na escola, embora o caráter coletivo da sua construção tenha sido mencionado. Cabe ressaltar, a ênfase do RE, talvez pelo seu caráter regulador, que via de regra, recai sobre os alunos em especial, como se pode apreender nas falas dos docentes.

Na escola B o professor 1 destacou: “PPP não fiz parte, porque peguei este ano e já estava encaminhado. Regimento na primeira reunião pedagógica que tivemos foi apresentado”. O professor 2 aponta: “todos os anos temos que fazer, a gente procura fazer no começo do ano letivo”. O professor 3 coloca, referindo-se ao PPP: “a gente fez no início do ano juntos; se elaborou algumas coisas que teriam que ser mudadas. O RE foi feito mais com a orientadora”. A não regularidade e a fragilidade do caráter participativo do PPP se revelam nas falas, reforçadas pela centralização na elaboração do RE.

Os professores da escola C em relação ao PPP e RE assim se pronunciaram: a) o PPP “este ano a gente não chegou a pegar muito não”; o RE “não, aqui na escola, não lembro” (professor 1); b) “a gente trabalha com o PPP e faz atualização. “O regimento está na biblioteca, à gente conhece; de pegar e ler, não” (Professor 2); c) os documentos “conheço, a gente trabalha em cima, mas tem um grupo que sentou, estudou, depois a só vimos pronto” (professor 3). Pela fala dos professores, a elaboração dos documentos mencionados tem forte condução centralizadora e acentuado cunho burocrático.

Nas expressões dos professores se desvela que o PPP como tradução de uma proposta coletiva de educação pensada e discutida pela escola é frágil em sua processualidade, por seu caráter episódico no cotidiano das escolas pesquisadas. Em nenhum momento diretores e professores explicitaram claramente a importância de seu conteúdo para a gestão do currículo e do ensino desenvolvido na escola. Entretanto, o RE foi identificado como o documento das regras, e o aluno foi o primeiro a ser citada nesse sentido – legitimação histórica da regulação dominante de que tem sido alvo – seja pela desconsideração de seus saberes, seja pela condição de subordinado a que é submetido no contexto da hierarquia da escola.

Quando comunicados de que a análise do PPP e RE da escola apresentou indicativos de gestão democrática, na escola A um professor disse: “a escola trabalha dentro do sistema democrático [...] qualquer decisão que temos que tomar é decidida em grupo” (Prof. 3). Outro professor o confirma, embora em sua fala deixe nas entrelinhas, que a participação acontece em situação de consulta, conforme segue: “nas reuniões pedagógicas sempre é questionado, o que nós achamos” (professor 1). O professor 2 preferiu manifestar-se dizendo que “infelizmente, a gente não pode contemplar todo mundo”, insinuando que a escola não está tão bem assim, porque não consegue atender a todos. Expressa, desse modo, uma visão de democracia centrada no desejo e liberdade individual. Por suas posições, estes últimos possuem uma visão que se aproxima mais da

perspectiva de democrática liberal, que deve ser construída, dentre outros espaços, na escola onde trabalham.

Na escola B o professor 1 destacou que “aonde que a gente vê a democracia?, Sempre tem aquele cabeça que resolve tudo”. O professor 3 o confirma, amenizando que: “melhorou um pouquinho agora quando trocou de direção”. Por estes professores, o caráter centralizador da gestão se dispõe na escola. O Professor 2 fala que “eu não funcionaria numa escola onde um ditasse e o outro tivesse que fazer”. Posição que, por certo, tem a ver com sua condição particular na escola, que pode estar ligada, entre outras coisas, a questões de ordem pessoal, profissional e/ou política.

Na escola C, o professor 3 aponta que “se leres o documento tu bate palmas, tira o chapéu; só que na prática...”. Segundo este professor, a democracia “fica mais na convivência”. O professor 1 diz que “em alguns momentos não há democracia” e o professor 2 enfatiza que “existe tanta disputa de querer agradar aquele outro lado, que prejudica, muitas vezes a gente.”, referindo-se ao fato de o diretor ser indicado pelo governo municipal, o que Paro (2010) denomina de apadrinhado político. Tem-se, portanto, pela visão dos professores, que nesta escola a gestão centralizada predomina sobre a democrática.

Sobre a relação da escola com a secretaria de educação, o professor 3 da escola A considera: “é distante. [...] quando fizeram a reforma da escola, nada mais justo do que perguntar para nós o que a gente precisa”. O professor 1 reforça, a seu modo, a posição do professor anterior: “...não é aquela maravilha [...], talvez falhe um pouquinho de lá para cá”. O Professor 2 diz que os docentes não têm tanto contato; “a direção é que faz a ponte”. Pelo disposto, os professores confirmam a posição do gestor da escola no sentido de considerar deficitária a relação entre as duas instituições.

Na escola B, o professor 1 considera que a relação entre escola e secretaria “... é restrita. Não se tem muito acesso; fica a cargo da diretora”. Os professores 2 e 3 dizem que o problema de relacionamento está ligado à questão político-partidária, como podemos apreender em suas falas: a) “existe um problema no relacionamento político. [...] Trocamos de direção, porque era do partido que deixou o cargo. A melhoria aconteceu porque hoje a secretária tem o mesmo partido do prefeito” (professor 2); b) a relação “melhorou um pouco agora quando trocou, porque com a secretária anterior quase não se tinha acesso [...] Na verdade, nem é porque era de outro partido, é porque essa que está agora é muito experiente”. (Professor 3).

Na escola C, o professor 3 ressalta que o primeiro secretário “era horrível [...], era uma pessoa que não dava nem de chegar [...] Agora é uma pessoa assim humana, democrática e querida”. O professor 1 reafirma a percepção do professor 3 no que respeita ao secretário do início e o professor 2 no que se refere à secretária que o sucedeu.

Embora os professores centrem a relação escola x secretaria nas pessoas dos secretários, suas percepções reforçam a visão do gestor da escola de que a relação das duas instituições em questão se dá de forma fragmentária, descontínua e, por vezes, distante. Importa salientar, que na visão dos professores a problemática do relacionamento escola-secretaria de educação se vincula à questão de caráter político-partidário, decorrente das alianças políticas contraídas ao nível do poder executivo do município, que acabam por distribuir cargos conforme os interesses dos partidos aliados, sem considerar o critério político-profissional para que a educação cumpra o seu papel social de formar para a cidadania crítica e emancipadora.

CONCLUSÃO

Uma primeira aproximação dos resultados da análise dos documentos e das entrevistas com os gestores e professores das escolas se pôde fazer com os resultados da pesquisa realizada em nível do sistema municipal a que as escolas investigadas pertencem.

Conforme Inácio e Pereira (2012), os documentos² da secretaria municipal de educação evidenciaram que a perspectiva democrática liberal de gestão sobressaiu-se, reforçada pela gestão centralizada.

No PPP e RE das escolas, no entanto, as indicações para a gestão democrática a colocam à frente bastante significativa da gestão centralizada, distribuída entre a perspectiva democrática participativa mais pontuada no RE e a liberal em destaque no PPP. Resultado que nos autorizaria afirmar que, da esfera do sistema municipal de ensino para o âmbito das escolas, se poderiam esperar avanços em termos de democratização da educação nos contextos escolares considerados.

Não obstante, os professores e gestores das escolas, em sua maioria, demonstraram em seus discursos uma visão vinculada à democracia liberal, enfraquecida pela descontinuidade de experiências democráticas no interior das escolas, expressa, entre outras ações, na elaboração centralizada do PPP e RE. Além disso, nos revelaram que a gestão das escolas sofre a ingerência político-partidária no seu próprio contexto e

no contexto da administração central. Desse modo, a hipótese por nós formulada de que se poderia pensar em avanços democráticos desde a escola, tendo por base seus documentos basilares, pelo que apreendemos dos discursos de professores e gestores, na prática, podem não se configurar como tal.

Diante disso, se confirma a pertinência do compromisso por nós assumido com as equipes gestoras da secretaria de educação e das escolas pesquisadas, de socializar e discutir os resultados do processo investigativo empreendido para aprofundar contradições, possibilidades e necessidades em termos de gestão educacional e escolar.

REFERÊNCIAS

HORA, D. L. Gestão dos sistemas educacionais: modelos e práticas exercidas na Baixada Fluminense. *In: RBPAE*, v. 26, n. 3, p. 565-581, set./dez. 2010.

INÁCIO, A. S.; PEREIRA, A. S. Sistema Municipal de ensino e gestão democrática: o que evidenciam documentos e equipe gestora. Anais do 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense, SICT-SUL, IF-SC, Campus Criciúma/SC, *Revista Técnico-Científica do IF-SC*, Edição Especial, v. 3, n. 1, 2012, p. 680-687. Disponível: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/766/493>. Acesso: 14/04/2013.

PARO, V. H. Educação para a democracia: o elemento que faltava na discussão da qualidade do ensino. 2000. *23ª Reunião Anual da Anped*, p. 1-15. Disponível: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.PDF>. Acesso: 20/03/2013.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. *Educação e Pesquisa*, vol. 36 (3), set-dez, 2010, p. 763-778, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29815819008>. Acesso: 04/04/2013.

SANTOS, B. S. e AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, S. Democracia, Estado e educação: uma contraposição entre tendências. *RBPAE*, v. 26, n. 1, p.33, jan./abr., 2010.

¹ As escolas serão assim identificadas para salvaguardar suas identidades.

² Foram analisados os seguintes documentos: Lei Complementar nº 061/2005 (Sistema Municipal de Educação); Plano Unificado do Ensino Fundamental; Resolução nº 02/2006 (Normas para o funcionamento do ensino fundamental) e Lei Complementar nº 33/2002 (Sistema de Carreiras, Benefícios e Vantagens dos Servidores Municipais).